

Brasrot S.A.

CNPJ/MF nº 61.084.984/0001-20 – NIRE 35.300.026.667 – Companhia Aberta
Av. das Nações Unidas nº 12.995 – 32º andar – São Paulo-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

nos preços das commodities, a valorização do dólar e incertezas políticas e econômicas em alguns países. No câmbio, a Colômbia e a Argentina tiveram desvalorizações mais fortes de 53% e 37%, respectivamente, para as taxas de fechamento anuais. Vale também salientar que os países da região tem apresentado um comportamento heterogêneo entre si, uma vez que a Colômbia e o Peru tiveram o fechamento do ano com um crescimento entre 2% e 3%, enquanto que a Argentina teve uma queda de 12%. O Brasil apresentou um crescimento mais modesto de 0,9% e a Venezuela uma forte retração de mais de 8%. Os Estados Unidos apresentaram um crescimento anualizado médio de 2% no terceiro trimestre do ano. A economia vem sendo puxada pelo gasto dos consumidores, que cresceu a uma taxa anualizada de 3% no terceiro trimestre. A expectativa é que o PIB feche em 2,1% em 2015, podendo chegar a 2,4% em 2016. Com alguns postergações na decisão, o FED aumentou a taxa de juros em dezembro, e de 0,25% para 0,50% (primeiro aumento dos juros em uma década), dado o cenário econômico de inflação em baixa, e a economia crescendo. A União Europeia enfrentou a crise da Grécia em 2015 e inclusive o risco da desintegração da zona do Euro, episódio que foi superado após longas negociações com o governo Grego. O PIB deve crescer 1,5% na zona do euro e 1,9% nos 28 países da União Europeia. Para 2016, a preocupação está na baixa inflação, na crise dos refugiados e nas ameaças terroristas. A inflação vem se mantendo em níveis baixos (com previsão de apenas 0,1% na zona do euro para 2015) e o Banco Central Europeu tem adotado medidas para trazer para um nível logo abaixo de 2% para 2016. A crise dos refugiados e as ameaças terroristas trazem tensões políticas que podem afetar a economia europeia para 2016. A China continua crescendo a taxas menores, com a expectativa de fechar o ano de 2015 em torno de 6,9% de

crescimento no PIB, impactada tanto pela demanda doméstica como pela demanda externa. A moeda chinesa também foi fortemente desvalorizada para estimular as exportações. Para 2016 os economistas prevêem outros ajustes graduais para estimular a economia, como redução das taxas de juros e redução das reservas bancárias. Ainda assim, há incertezas sobre a desaceleração do crescimento na China e de novas desvalorizações do Yuan, mantendo as pressões sobre as commodities.

2. Resultados – Lucro Líquido e Dividendos: O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 alcançou R\$130.796 milhões (R\$135 milhões em 2014), equivalente a R\$0,4527 por ação (R\$1,1020 em 2014).

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de novembro de 2015, conforme disposição estatutária, foi autorizado o pagamento de dividendos no montante de R\$87 milhões.

3. Relacionamento com Auditores – A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Grant Thornton Auditores Independentes. No exercício de 2015, a Brasrot S.A. utilizou serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

4. Agradecimentos – Agradecemos aos nossos parceiros, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros que, por mais um ano, colaboraram para o desempenho da Companhia e que nos ajudaram a, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pelo mercado, em busca da lealdade de nossos consumidores.

A Administração
Fevereiro de 2016

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasrot S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

1. Cenário Econômico – Mercado Interno: O ano de 2015 foi marcado pela recessão econômica e crise política, principalmente em decorrência de fatores internos. Dentre os fatores econômicos o ajuste fiscal do governo federal, alta da inflação puxada por preços administrados, e a crise da Petrobrás, que tem significante impacto nos investimentos no Brasil. Dentre os fatores políticos está a baixa popularidade e o risco de impeachment da presidente Dilma Rousseff, e o escândalo da Petrobrás (operação Lava Jato) envolvendo diversos políticos no nível federal e as incertezas sobre a aprovação do ajuste fiscal. Estes fatores levaram a uma desvalorização do câmbio de mais de 40%, pressionando a inflação para acima dos 10% ao ano e minando a confiança de uma desvalorização. A demanda na indústria de bens de consumo foi significativamente impactada, levando a uma queda de 19% em 2015 no setor de linha branca. A expectativa econômica para 2016 é de continuidade da recessão com manutenção das incertezas econômicas e políticas. No âmbito econômico, há incertezas se o governo realizará o ajuste fiscal para garantir um superávit primário. A inflação, que deve fechar novamente acima do teto da meta, o aumento do desemprego (que pode chegar a 10% em 2016) e a redução da renda média dos trabalhadores devem continuar impactando o consumo. As últimas previsões do mercado indicam uma queda de cerca de 3% do PIB em 2016.

Mercado externo: A projeção do PIB da América Latina e Caribe para 2015 está em torno de -0,3% diante da queda

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.225	325	Impostos, taxas e contribuições a pagar	18	47
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.266	456	Partes relacionadas (Nota 5)	901	808
Outros ativos (Nota 6)	435	-	Dividendos a pagar (Nota 10)	432	447
Total do ativo circulante	3.926	781	Outros passivos	15	28
			Total do passivo circulante	1.366	1.330
Não circulante			Reservas de lucro		
Impostos a recuperar (Nota 8)	11.502	10.193	Reserva legal	115.480	115.480
Depósitos para recursos e outros (Nota 9)	20.560	12.311	Retenção de lucros	388.854	388.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	-	875	Outros resultados abrangentes	499	2.097
Partes relacionadas (Nota 5)	18.444	19.454	Total do patrimônio líquido	1.041.095	902.770
Outros ativos (Nota 6)	2.072	3.086			
Investimentos (Nota 4)	997.815	862.005			
Total do ativo não circulante	1.050.393	907.924			
Total do ativo	1.054.319	908.705			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expressa em reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Outros Lucros acumulados	resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	577.400	115.480	388.854	-	(19.934)	1.061.800
Ajuste de conversão reflexo da coligada	-	-	-	-	19.732	19.732
Ajuste de avaliação patrimonial da coligada	-	-	-	-	(296)	(296)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-
Ações ordinárias (R\$1,36050 por ação)	-	-	(134.154)	-	-	(134.154)
Ações preferenciais (R\$1,49660 por ação)	-	-	(281.119)	-	-	(281.119)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	315.756	-	315.756
Dividendos	-	-	-	-	(25.509)	(25.509)
Ações ordinárias (R\$0,25870 por ação)	-	-	-	-	(53.440)	(53.440)
Ações preferenciais (R\$0,28450 por ação)	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	236.807	(236.807)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	577.400	115.480	210.388	-	(97.327)	902.770
Ajuste de conversão reflexo da coligada	-	-	-	-	97.327	97.327
Ajuste de avaliação patrimonial da coligada	-	-	-	-	(2.097)	(2.097)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-
Ações ordinárias (R\$0,17746 por ação)	-	-	(17.499)	-	-	(17.499)
Ações preferenciais (R\$0,19520 por ação)	-	-	(36.666)	-	-	(36.666)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	129.681	-	129.681
Dividendos	-	-	-	-	(10.474)	(10.474)
Ações ordinárias (R\$0,10622 por ação)	-	-	-	-	(21.947)	(21.947)
Ações preferenciais (R\$0,11684 por ação)	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	97.260	(97.260)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	577.400	115.480	253.483	-	94.732	1.041.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Brasrot S.A. (doravante denominada Companhia ou Brasrot) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BVMF Bovespa (sob códigos de negociação BMT03 e BMT04). A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras empresas. A emissão das primeiras demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2016.

2. Políticas contábeis – As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board (IASB)*. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação, utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probatório inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.1. Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. A Administração da Companhia e de sua principal coligada é a mesma. A participação percentual detida na data do balanço é como segue:

País sede	Participação no capital social (%)		2015		2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brasil	44,39	-	44,39	-	-	-

Whirlpool S.A. – Brasil 44,39 – 44,39
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. – Brasil 0,57 44,14 0,57 44,14
Planhold S.A. – Brasil 17,49 – 17,49

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações de patrimônio líquido, quando aplicável. As demonstrações financeiras das mutações do patrimônio líquido. Não existem ganhos e perdas não realizados, resultados de transações entre a Companhia e as coligadas. As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas coligadas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante nas demonstrações dos resultados. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.3. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ação ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e outros tributos, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto vigentes na data da contratação. Impostos diferidos ativos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estejam relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.4. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.5. Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de quaisquer. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo impostos custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis. **c) Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **2.6. Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Pelas análises e julgamento efetuado, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução para recuperação de ativos. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de ativo justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda. **Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa e outros ativos nessa categoria. b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial, o valor contábil é ajustado ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros créditos nessa categoria. d) Disponíveis para venda: ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.7a, a 2.7c, a 2.7d, acima, sendo que na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido contra o ajuste de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. **Passivos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo; passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia class-

fica os mútuos com partes relacionadas e outros débitos nessa categoria. **2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da aplicação do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas utilizadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015:** As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.10. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2015:** Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação as mesmas entrarem em vigor. **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete as mudanças de projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução do valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. E vigência aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. **IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes:** Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou a referida norma, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletida na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. **IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil:** A nova norma substitui o IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e os correspondentes interpretações e determina que os arrendatários possam a) reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução do valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o próximo cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as estimativas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros nas demonstrações financeiras. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos. Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O alinhamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Participação em sociedades coligadas

4.1. Mutações dos investimentos

	Whirlpool S.A.	Outros	2015	2014
Início do exercício	857.247	4.758	862.005	1.021.697
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	95.230	-	95.230	19.436
Equivalência patrimonial	127.307	562	127.869	315.270
Dividendos recebidos e propostos	(86.561)	(727)	(87.288)	(494.398)
No fim do exercício	993.223	4.593	997.816	862.005

4.2. Nossa participação: Quantidade de ações possuídas e participação no capital social da Whirlpool S.A.:

Participação	Whirlpool S.A. em 31/12/2015	
	Quantidade de Ações	No capital (%)
Ordinárias	454.858.734	212.116.767
Preferenciais	44.320	44,23
Total	5.754.794	3.415.197
Receita líquida do exercício	2.335.597	5.981.353
Lucro líquido	286.792	296.792

Para fins de equivalência patrimonial, não devemos considerar o saldo de pagamento de ações baseado em ações reconhecidas no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A. em atendimento ao CPC 10 (R1). A conciliação do investimento ao exercício findo em 31 de dezembro 2015, é como segue:

	2015	2014
Patrimônio líquido	2.339.597	2.339.597

Brasmotor S.A.

CNPJ/MF nº 61.084.984/0001-20 – NIRE 35.300.026.667 – Companhia Aberta
Av. das Nações Unidas nº 12.995 – 32º andar – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos distribuídos foram computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	129.681	315.756
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	32.421	78.939
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	10.474	25.509
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	21.947	53.440
Total de dividendos distribuídos	32.421	78.949

Quantidade de ações	2015	2014
Ações ordinárias	98.606.004	986.060.042
Ações preferenciais	187.838.406	1.878.384.068
	286.444.410	2.864.444.110

Dividendos distribuídos por ação	2015	2014
Ações ordinárias	0,10622	0,02587
Ações preferenciais	0,11684	0,02845

A movimentação dos dividendos é como segue:

Saldos em 1º de janeiro de 2014

(+) Distribuição de dividendos do exercício
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos
(-) Pagamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2014

(+) Distribuição de dividendos do exercício
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos
(-) Pagamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2015

e) **Lucro por ação: Básico e diluído:** O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 2015 e 2014 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	129.681	315.756
Média ponderada de ações (em milhares)	286.444	2.864.444
Lucro básico por ação	0,4527	0,1102

11. Receitas financeiras

	2015	2014
Atualização monetária	8.963	546
Receitas de juros	2.493	1.940
	11.456	2.486

12. Relacionamento com auditores independentes – Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que: No exercício de 2015, a Brasmotor S.A. utilizou serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes referente auditoria que estão em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Todos os serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes, de auditoria ou não, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Alexandre de Oliveira Czesnat
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina
Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR

Thiago Agda de Sousa – CRC 1SP 262.813/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Brasmotor S.A.** – São Paulo-SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da **Brasmotor S.A.** (Brasmotor ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção

relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Brasmotor S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



Grant Thornton

Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Clóvis Ailton Madeira
Contador
CRC 1SP 106.895/O-1 "S" SP